

1 **Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI)** no  
2 ano de 2021, realizada no dia **24 de fevereiro de 2021 (quarta-feira)**, às 14h, por videoconferência,  
3 com a seguinte **ordem do dia: 1 - Abertura; 2 - Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2020;**  
4 **3 - Aprovação da minuta do edital do Processo Eleitoral - triênio 2021-2024; 4 - Aprovação de**  
5 **Resolução de alteração do Plano de Aplicação Plurianual do CBH BPSI; 5 - Aprovação de**  
6 **Resolução do Grupo de Trabalho (GT) da PCH Saltinho do Itabapoana; 6 - Informação sobre a**  
7 **composição do GT Manejo de Comportas; 7 – Informes gerais; 8 – Encerramento. Item 1 –**  
8 **Abertura:** Reunião iniciada às 14h13 pelo Diretor Secretário do CBH BPSI, Alberto Mofati  
9 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes), que agradeceu a participação de todos e seguiu  
10 com a leitura da pauta. **Item 2 - Aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2020:** Alberto Mofati  
11 pediu para que a equipe da Agevap fizesse apresentação da minuta da ata para aprovação. Thaís  
12 Nacif (Agevap – CBH BPSI) informou que a minuta da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2020 foi  
13 enviada aos membros junto com a convocatória, por e-mail, para apreciação. Alberto Mofati,  
14 explicando que assumiu recentemente a representação no Comitê, perguntou a Thaís Nacif se é  
15 praxe não realizar leitura da minuta do documento. Thaís Nacif falou que em alguns casos, quando  
16 é solicitada, a leitura é feita. Destacou que, para a presente reunião, foi informado que não haveria  
17 leitura de documentos enviados previamente. Alberto Mofati perguntou se alguém fez  
18 considerações sobre a minuta da ata enviada ou gostaria de fazer no momento. Em seguida, como  
19 não houve manifestações, colocou em votação a aprovação da referida ata. A ata da 4ª Reunião  
20 Ordinária de 2020 foi aprovada sem alterações e por unanimidade. **Item 3 - Aprovação da minuta**  
21 **do edital do Processo Eleitoral - triênio 2021-2024:** Alberto Mofati explicou que o documento  
22 minuta do edital do Processo Eleitoral teve sua redação baseada no edital de processos eleitorais  
23 anteriores e pediu que a Thaís Nacif explicasse as alterações feitas para o edital atual. Thaís Nacif  
24 informou que a principal alteração foi a decisão pela realização de todas as etapas, incluindo  
25 inscrição e fóruns, de forma virtual. Thaís apresentou e fez uma a leitura do texto da minuta do  
26 edital. Chamou atenção para o item 2.10 do documento, que foi inserido em previsão ao formato  
27 virtual do processo. Explicou que as inscrições deverão ser realizadas por e-mail, com envio dos  
28 documentos solicitados em anexo. Thaís mostrou também os anexos do edital e explicou as  
29 informações solicitadas, bem como as alterações em relação à última reunião. Explicou que essa  
30 minuta foi discutida e aprovada pela Câmara Técnica Consultiva (CTC) e Diretoria do CBH BPSI. Thaís  
31 fez a leitura e explicou a dinâmica das reuniões virtuais que serão os fóruns dos segmentos, que  
32 ocorrerão em horários diferentes e contando com todas as instituições habilitadas. Falou que no  
33 final do documento, por sugestão da assessoria jurídica da Agevap, foi inserida previsão de  
34 assinatura do edital pelos três membros da Comissão Eleitoral. Juarez Noé perguntou se, no caso  
35 de representante de poder público municipal, seria imprescindível a matrícula e vínculo do  
36 indicado com a instituição. Thaís falou que esta exigência está prevista no edital e que a plenária  
37 pode analisar o conteúdo. Juarez Noé pediu que fosse discutida a possibilidade de exclusão dessa  
38 exigência. Alberto Mofati sugeriu incluir como destaque a proposta do Juarez para ser votada ao  
39 final da discussão. Jeferson Nogueira (OAB) pediu a palavra e citou a 4ª etapa, que consta na página  
40 11 do edital, onde está prevista a definição de titularidades e suplências, mas falou que é também  
41 o momento de possível votação para composição das vagas, caso haja mais instituições habilitadas  
42 do que o número de vagas disponíveis. Thaís falou que a colocação do Jeferson foi coerente e que

43 isso de fato pode ocorrer, sendo necessária a votação para definir quais vão ocupar as vagas e  
44 aquelas que eventualmente ficarão sem assento no Comitê. Jeferson perguntou se não seria  
45 exigido documento, como atestado de saúde, para comprovar a emergência médica possivelmente  
46 alegada. Destacou o teor do item 2.6 e falou que não precisaria citar “reuniões em que for utilizado  
47 sistema de videoconferência”, pois todas elas serão nesse formato. Jeferson falou que não  
48 concorda que seja exigida assinatura dos membros da Comissão Eleitoral. Citou o parecer da  
49 Agevap e contestou os dispositivos legais ali citados e utilizados para argumentar a favor da  
50 necessidade de tal assinatura. Falou que a Comissão Eleitoral apresentou uma minuta e não um  
51 documento caracterizado como ato administrativo. Falou que a minuta feita pela Comissão foi  
52 encaminhada à CTC, que fez alterações, e por isso se descaracterizou com documento da Comissão.  
53 Disse entender que única assinatura cabível seria, no momento, do Coordenador da CTC, quem fez  
54 a última alteração na minuta e, futuramente, após aprovada pela plenária, caberia também a  
55 assinatura do Diretor Presidente do Comitê. Falou que pelos argumentos apresentados, considera  
56 dispensável assinatura dele e dos demais membros da Comissão Eleitoral. Aparecida Vargas  
57 (Abragel) falou que concorda com o questionamento do Juarez Noé, até mesmo por não  
58 reconhecer essa exigência em outros fóruns similares de que participa, como o Conselho Nacional  
59 de Recursos Hídricos (CNRH), por exemplo. Aparecida falou que vê a necessidade de essa minuta,  
60 após aprovação e alterações pela CTC, retornar à Comissão para considerações. Ronaldo  
61 Bartholomeu (Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes) pediu para que fossem apresentados os  
62 municípios que compõem a Região Hidrográfica IX (RH IX) do Estado do Rio de Janeiro. Guilherme  
63 Ribeiro (Assessoria Jurídica da Agevap) disse que a minuta é o documento analisado e que a  
64 assinatura não deve vir na minuta, mas na versão final do documento. Explicou que há um processo  
65 administrativo relacionado e por isso a necessidade de assinatura no documento. Destacou que o  
66 Comitê é considerado órgão público. Jeferson falou que não foi informado da existência de  
67 processo administrativo e que está superada a questão, reafirmando apenas a necessidade  
68 levantada pela Aparecida Vargas de que o documento retorne à Comissão eleitoral para  
69 considerações finais. Alberto Mofati falou que concorda com a proposta da Aparecida devido ao  
70 fato de a CTC ter feito alterações no documento. Pediu para a secretaria analisar o prazo necessário  
71 para a comissão se reunir e avaliar a última versão da minuta, promovendo as indicações de datas  
72 do calendário que se fizerem necessárias. Thaís falou que após alterações da CTC o documento foi  
73 sim enviado aos membros da Comissão, tendo até mesmo o Sr. Jeferson feito comentários acerca  
74 dos destaques, a exemplo da indicação, acatada pela CTC, de se inserir assinaturas dos membros  
75 da Comissão. Falou que os demais membros da Comissão não se manifestaram. Thaís falou que  
76 havia informado ao Jeferson que existe um processo administrativo e explicou que se trata de um  
77 processo interno da delegatária que é aberto para execução da demanda. Jeferson falou que  
78 questionou à Thaís se existia um processo administrativo do Comitê e teve a resposta de que existia  
79 um processo na Agevap. Disse que o calendário do processo eleitoral precisaria ser alterado devido  
80 a necessidade de reunir a Comissão Eleitoral, considerando as ausências da Marcela Toledo  
81 (Prefeitura Municipal de São João da Barra) e do Zenilson Coutinho (Asflucan) na presente reunião.  
82 Falou que isso poderia atrasar todo o processo e sugeriu que a versão final contenha assinatura  
83 somente do Presidente do Comitê, de forma a superar o problema das ausências citadas. Alberto  
84 Mofati sugeriu que Jeferson fizesse suas considerações e que a versão final fosse encaminhada por

85 e-mail aos demais membros da comissão. Guilherme Ribeiro falou que, até mesmo baseado em  
86 editais de outros Comitês, poderia ser dispensada a exigência de matrícula do representante  
87 indicado pela instituição, bastando apenas o ofício assinado pelo Prefeito (a) indicando o  
88 representante. Alberto Mofati falou que entende como possível, pois ficaria à cargo do chefe do  
89 executivo a decisão. Thaís falou que o texto atual traz a expressão “agente público”. Jeferson falou  
90 que para efeito de indicação para inscrição, teria que ser retirada essa expressão. Alberto Mofati  
91 disse considerar importante seguir os ritos, mas colocou para discussão. Vicente Oliveira (IFF),  
92 Diretor Administrativo do CBH BPSI, falou que se preocupa com o prazo, pois esse processo já  
93 deveria ter sido finalizado em novembro de 2020, prazo do fim do mandato da atual gestão do  
94 Comitê. Disse que a Comissão já poderia ter analisado para a plenária hoje aprovar de forma  
95 definitiva. Pontou que novas reuniões não previstas e dilatação de prazos poderiam representar  
96 prejuízo ainda maior ao processo. Thaís destacou que a plenária poderia decidir essa questão, pois  
97 há previsão regimental para isso. Jeferson falou que concorda e sugeriu que a plenária fizesse a  
98 votação para que as assinaturas dos membros da Comissão fossem excluídas e adicionada apenas  
99 a assinatura do Diretor Presidente do Comitê. Sugeriu a manifestação do Dr. Guilherme Ribeiro  
100 sobre a viabilidade da proposta. Aparecida falou que o Comitê se manifesta por Resolução para  
101 publicar o edital após decisão da plenária. Jair Felipe (UFRRJ) recomendou celeridade e que ficasse  
102 registrado na ata a referente aprovação de alteração, caso assim ocorresse, e que ficasse logo  
103 superada a questão no momento. João Gomes (UENF), Diretor Presidente do CBH BPSI, pediu  
104 manifestação da assessoria jurídica da Agevap sobre a legalidade da proposta em questão e, caso  
105 aprovada pela plenária, ele disse não se opor em assinar a versão final do documento e resolução  
106 relacionada. Guilherme Ribeiro falou que um parecer jurídico pode ou não ser seguido, pois tem  
107 caráter de recomendação elaborada por técnicos da área. João Gomes pediu para o Guilherme se  
108 manifestar quanto à legalidade do ato da plenária aprovar a minuta sem que esse documento  
109 retornasse à comissão eleitoral, o que poderia atrasar o calendário do processo. Jeferson Nogueira  
110 falou que a ideia é a plenária aprovar todas as alterações feitas até aqui no documento, bem como  
111 a utilização de assinatura apenas dos Diretores Presidente e Secretário na versão final do  
112 documento. Guilherme falou que não haveria ilegalidade nenhuma. Alberto Mofati colocou para  
113 votação e não houve manifestações. A minuta do edital, com as alterações colocadas, inclusive  
114 sobre as assinaturas, foi aprovada por unanimidade. Alberto Mofati passou a palavra ao Sr.  
115 Maurício Zanon para se apresentar como Secretário Municipal do Ambiente e futuro representante  
116 do município de Bom Jesus do Itabapoana no Comitê. Maurício agradeceu a oportunidade, se  
117 colocou à disposição e disse que será um prazer atuar ao lado de colegas como o Mofati e Juarez.

118 **Item 4 - Aprovação de Resolução de alteração do Plano de Aplicação Plurianual do CBH BPSI:**

119 Thaís Nacif apresentou a minuta de resolução que altera o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do  
120 CBH BPSI. Falou que a ideia é utilizar um determinado recurso na mesma linha do PAP, alterando  
121 apenas o projeto, tendo em vista que o projeto anterior, que utilizou parte do recurso, foi  
122 encerrado. João Gomes falou que no final do ano passado foi identificado esse recurso restante de  
123 um projeto e que poderia ser alocado em outro projeto com o mesmo propósito, que é a  
124 recuperação de mananciais. Disse que a ideia é aplicar o valor como contrapartida para o Projeto  
125 Mananciais do CEIVAP. Aparecida Vargas falou que não vai entrar na discussão específica sobre  
126 esse recurso. Disse que cada vez que se vincula um recurso para um programa do CEIVAP,

automaticamente se exclui a Bacia do Itabapoana e que isso precisa ser observado pelos membros do Comitê, especialmente pelos representantes de Bom Jesus do Itabapoana. Juarez Noé falou que entende o que foi pontuado e pediu maior empenho dos representantes dos municípios em ações não só de saneamento. Vicente Oliveira falou que o projeto Olhos D'água, que utilizou parte dos recursos em questão, apresentou enorme avanço nas ações de recuperação de nascentes e mananciais, enfrentou grandes dificuldades apesar do empenho da Ecoanzol, na pessoa da Luiza Salles e que este foi um marco no CBH BPSI. Vicente perguntou se esse Programa Mananciais foi apresentado em plenária do Comitê. Thaís disse não se recordar se passou em plenária ou apenas em outra instância do Comitê. João Gomes falou que foi apresentado em plenária do CEIVAP e no Grupo de Trabalho de Nascentes (GTN) do CBH BPSI, mas que a plenária não estaria aprovando no momento um projeto, mas apenas adesão ao programa com contrapartida e que, se aprovado, o futuro projeto certamente será apresentado em plenária para deliberação dos membros do CBH BPSI. Alberto Mofati colocou em votação e a resolução foi aprovada por unanimidade. João Gomes pediu para antecipar o item de pauta número 6, pois precisava falar sobre o tema e a bateria do seu telefone estava acabando, justificando que está numa delegacia em função de assalto ocorrido em sua propriedade rural. O pedido do João Gomes foi aprovado por unanimidade. **Item 6 - Informação sobre a composição do GT Manejo de Comportas:** João Gomes falou que o Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas (GTMC) do CBH BPSI é coordenado há anos com excelência pelo INEA, mas sem ingerência do citado órgão, apenas com atuação conjunta que permite alcance dos objetivos do grupo. Falou que o tema foi pautado por conta de recentes episódios de acusações sobre o funcionamento e sistema decisório desse GT. Falou que ao final da discussão desse item de pauta a plenária poderá decidir se o GTMC poderá continuar tomando decisões rotineiras urgentes sobre o manejo de comportas. Falou que o modelo vem dando certo há muito tempo e que a composição do mesmo precisa ser atualizada. Falou que atualmente ocorrem episódios de falta de respeito a alguns integrantes e que isso não pode ser admitido. Falou que ele, Alan Vargas (INEA) e equipe técnica do Comitê discutem aspectos técnicos de forma preliminar e é encaminhado ao grupo apenas uma sugestão de caminho a se tomar, mas que a decisão é dos membros do grupo, após manifestações de membros e convidados presentes às reuniões através de consenso e votação, quando necessária. Falou que as recomendações feitas são legítimas e que não se caracterizam decisões de alguns em detrimento do grupo. Pediu que a plenária analisasse a possibilidade de o GTMC continuar decidindo ajustes finos, como a cota da Lagoa Feia em determinados períodos do ano e o manejo de comportas desse e de outros sistemas. Falou que a plenária poderá decidir e votar os integrantes do GTMC. Pediu que, em caso de reformulação, a UENF fosse mantida como membro e que outras instituições interessadas pudessem pleitear vaga. Jeferson Nogueira falou que quando fala do GTMC inclui todos seus meios de discussão, como *WhatsApp* e reuniões oficiais. Disse discordar que o GT em questão seja um *case* de total sucesso como falado pelo João Gomes. Falou que esse grupo toma decisões usurpando funções da plenária do CBH BPSI. Falou que é um equívoco delegar a apenas um grupo o poder de decidir sobre a gestão de recursos hídricos. Falou que quem representa o Comitê é a plenária. Disse que há mais de dez anos o GTMC vem tomando decisão sem regulamentação. Reconheceu a excelência dos trabalhos do Alan e do Paulo Jorge. Falou que poderia apenas realizar ajustes finos, mas quando decide abrir ou fechar comportas e decidir cotas de lagoa, se caracteriza gestão de recursos

hídricos. Disse que isso poderia ser decidido pelo grupo apenas se houvesse resolução do Comitê orientando. Disse que já ouviu João afirmar que a plenária delegou ao GTMC no passado o poder de tomar esses tipos de decisões. Citou a existência de um grupo no *WhatsApp* que possui mais de cinquenta membros e que a maioria não é membro do Comitê, bem como há instituição com pessoas falando em seus nomes sem representá-la oficialmente no CBH BPSI. Disse que pode acabar havendo uma prevalência de manifestações e opiniões de não membros do que de membros. Falou que no GTMC hoje há instituições não membros do Comitê podendo votar sobre gestão de recursos hídricos. Falou que esse grupo de *WhatsApp* deveria ser restrito aos representantes oficiais das instituições membros do Comitê. Alberto Mofati pediu objetividade nas próximas manifestações por conta da necessidade de se tratar outros temas. Vicente Oliveira falou que gostaria de reforçar as alegações do Jeferson e disse imaginar a dificuldade do Alan em conduzir as discussões e decisões do grupo. Destacou que não há um regulamento com critério para abertura e fechamento de eclusas, que são as comportas da região. Falou que gostaria de saber qual é a proposta da pauta, se seria de a plenária decidir sobre a composição do GTMC. Alberto Mofati falou que não foi estabelecida nenhuma proposta específica, mas de apenas colocar o tema em discussão em função das polêmicas recentes. Disse que o encaminhamento hoje poderia ser de se pautar na próxima plenária uma proposta concreta, incluindo a possibilidade de edição de resolução para regulamentar as decisões. Alan Vargas falou que considera estar havendo uma distorção no entendimento por parte do Jeferson e Vicente. Falou que o Paulo Jorge, no passado representando o INEA, e ele atualmente, sempre receberam e recebem ligações de produtores rurais, pescadores e outros usuários interessados em discutir os processos de manejo de comportas. Falou que o INEA apenas encaminha essas solicitações para o grupo discutir. Falou que a ideia de um grupo de *WhatsApp* “amplo” foi apara retirar um pouco do INEA a função de carregar pleitos e permitir que o próprio reclamante se manifestasse ou o fizesse indiretamente através de outro representante do mesmo segmento, por exemplo. Falou que isso excluiria a possibilidade de alguém interpretar como tomada de partido do INEA ao levar essas demandas ao grupo. Alan falou que discorda que o grupo seja uma bagunça, mas que vê certas situações como problema de comportamento e educação. Falou que não vê problema em pessoas não membros participarem do grupo do *WhatsApp*, pois isso facilita a chegada de informações do campo e não seria problema se as manifestações fossem feitas com educação. Explicou que com sua chegada aconteceu também o início de utilização de um aparelho de GPS para georreferenciamento de ponta, o que permitiu avanços e padronização de dados, mas que diversos outros aspectos do monitoramento só podem ser feitos no momento de forma bastante precária, como leitura de réguas uma vez por semana em alguns casos. Disse que há aspectos importantes a serem definidos, como levantamento do dique da Lagoa Feia para definição de cota máxima com a segurança necessária. Falou que atualmente há aproximadamente trinta réguas instaladas nos principais pontos e com base IBGE. Falou que a plenária poderia decidir criar parâmetros para orientações sobre deliberações futuras. Por fim apresentou o pleito do Município de Quissamã para integrar o grupo. Alberto Mofati pediu para seguir com a fala dos demais inscritos. Aparecida Vargas falou que é importante revisitar essa resolução até mesmo para entender o momento e o que está disposto no texto. Falou que há o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH) do CEIVAP que toma decisões urgentes, mas com certas limitações,

e que pode servir de inspiração. Falou que poderia ser encaminhada, pela plenária, ao GTMC a indicação de discussão para elaboração de resolução que normatize esse poder decisório sobre o manejo de comportas. Destacou que qualquer reunião de qualquer instância dos Comitês deve ser aberta ao público e que não concorda em fechar o grupo a participações externas, mas talvez criando regras para limitar possíveis abusos. Ronaldo Bartholomeu falou que o Município de Quissamã não participou da composição do GTMC porque não quis e que passou a participar depois com o surgimento da demanda da Lagoa da Ribeira. Falou que as decisões do sistema Lagoa Feia refletem também mais acima, como na região do Imbé. Disse concordar com o Alan que faltam parâmetros para subsidiar tomadas de decisões técnicas mais eficazes. Jeferson falou que não discorda de o GTMC poder decidir, mas que isso só poderá ser feito baseado em resolução aprovada pela plenária, o que definiria parâmetros para deixar à cargo do GTMC apenas o ajuste fino na gestão. Falou que não é contra reuniões abertas, mas seguindo as regras regimentais, que dá direito à voz ao convidado, se autorizado. Falou que poderia talvez existir mais um grupo de *WhatsApp* somente com os membros do GTMC para tomada decisão. Vicente perguntou se a proposta da Aparecida não teria melhor eficiência se a discussão iniciasse na CTC em vez de no GTMC. Alberto Mofati falou e Aparecida Vargas confirmou que a ideia é iniciar no próprio grupo pelo fato de nele estar acontecendo os episódios relatados. Mofati fez três encaminhamentos de propostas: que após o GTMC, poderia o tema ser encaminhado à CTC e posteriormente à plenária; votação para entrada de Quissamã no GTMC; criação de outro grupo de *WhatsApp* somente com os membros. Alan falou que no *WhatsApp* não ocorrem reuniões, mas apenas apresentação de demandas e marcação de reuniões. Ronaldo Bartholomeu falou que nesse grupo de *WhatsApp* ocorre muita pressão e lamentações que acabam tumultuando. Mofati colocou em votação as propostas por ele apresentadas. As proposições foram aprovadas por unanimidade. **Item 5 - Aprovação de Resolução do Grupo de Trabalho (GT) da PCH Saltinho do Itabapoana:** Thaís Nacif apresentou a minuta de resolução e contextualizou a criação do Grupo de Trabalho da PCH Saltinho do Itabapoana (GT PCH Saltinho). Em seguida fez a leitura de todo o documento. Alberto Mofati explicou que a decisão de criação do GT foi tomada na reunião plenária passada e que a Resolução é para dar formalidade ao ato. Vicente Oliveira lembrou que Zenilson Coutinho foi eleito coordenador desse GT e perguntou se devido ao problema de saúde ele continuaria à frente. Carlos Freitas (Diretor do IFF Bom Jesus do Itabapoana) se apresentou e explicou que também é membro do Conselho de Meio Ambiente do município de Bom Jesus do Itabapoana. Daniele Ferreira (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana) falou que no dia de ontem ocorreu reunião do citado conselho e disse que esse grupo pediu que o GT discuta também a PCH Bom Jesus, localizada no bairro Santa Rosa. Falou que consultaram o Comitê acerca da possibilidade de participação de membros do conselho nas reuniões do GT. Carlos Freitas disse que o Conselho tem escutado pescadores, moradores e demais pessoas envolvidas diretamente com a questão. Falou que vem conversando com o João Gomes sobre a possibilidade de participação do pesquisador Ednilson Junior no GT e pediu que a plenária avalie essa possibilidade como também a fala do Ednilson na presente reunião. Aparecida Vargas falou que é muito bem-vinda a participação do Conselho de Ambiente e do Ednilson, que deveria ocorrer como convidados, tendo em vista que todas as vagas de membros já estão ocupadas. Falou com o Sr. Carlos Freitas que gostaria de solicitar participação do empreendedor para participar das reuniões do Conselho de Meio Ambiente, recebendo o

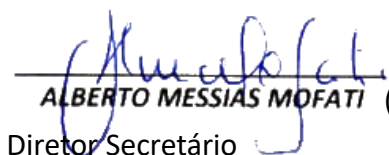
253 mesmo tratamento dos pescadores, moradores e outros. Thaís informou que o grupo está  
254 completo, mas que os requisitantes podem participar das próximas reuniões enquanto convidado.  
255 Ednilson Junior se colocou à disposição para colaborar com o GT e o Comitê, destacando que possui  
256 experiência no tema, pois sua pesquisa de doutorado é sobre todas PCHs do Rio Itabapoana. Falou  
257 que por isso realizou a leitura de todos os processos e estudos de impacto ambiental dos  
258 empreendimentos relacionados. Disse que pessoalmente se coloca contra a construção de duas  
259 novas usinas hidrelétricas no Rio Itabapoana. Falou que o Comitê precisa se aproximar das pessoas  
260 que foram diretamente impactadas pelos empreendimentos em questão, que elas possuem  
261 dificuldade em participar e devido a isso o Comitê precisa procurá-los. Destacou a importância de  
262 se ouvir a comunidade de Calheiros, que foi muito afetada. Alberto Mofati agradeceu ao Ednilson  
263 Junior e representante do IFF, Carlos Freitas. Falou que o GT precisa criar mecanismos para ouvir  
264 as várias visões sobre o tema e posteriormente apresentar à plenária um relato completo. Carlos  
265 Freitas perguntou ao Alberto Mofati se poderia incluir no objeto de estudo do GT a PCH Bom Jesus.  
266 Alberto Mofati explicou que hoje está sendo apenas formalizada a criação do GT PCH Saltinho, que  
267 tem como foco apenas essa PCH e que a proposta do Carlos Freitas poderia ter o encaminhamento  
268 de proposição de criação de outro GT ou adequação deste para estender o objeto e área de atuação  
269 do GT já criado. Thaís Nacif pediu que o Carlos Freitas fizesse formalmente o pedido ao CBH BPSI,  
270 através de carta ou ofício devidamente fundamentado. Alberto Mofati colocou em votação e a  
271 Resolução, que foi aprovada por unanimidade. **Item 7 – Assuntos gerais:** Maria Aparecida destacou  
272 seu pedido aos representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bom Jesus do  
273 Itabapoana para convidar o empreendedor responsável pela PCH Saltinho para este pudesse  
274 participar das reuniões sobre o tema. Vicente Oliveira falou que a reunião de hoje foi bem  
275 produtiva. Disse que o Comitê possui diversos e importantes Grupos de Trabalho, mas frisou que é  
276 preciso avançar e que para isso é fundamental a participação dos membros de forma efetiva. Pediu  
277 que os representantes do noroeste fluminense participem do processo eleitoral vindouro e que  
278 sejam criteriosos nas suas escolhas. Juarez Noé agradeceu a compreensão de todos pela acolhida  
279 de sua proposta de ajuste no texto do edital. Apoiou a fala do Vicente em relação ao noroeste.  
280 Falou que o Comitê foca muito nos canais e lagoas da baixada e muitas vezes não discute questões  
281 importantes de outras áreas. Disse que é preciso trabalhar para trazer para a região a aplicação  
282 dos recursos oriundos de compensação ambiental de empreendimentos situados na RH IX. Thaís  
283 Nacif apresentou o banner digital de divulgação do 3º Seminário Regional do Plano de Bacia  
284 Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, que acontecerá no dia 1º de março de 2021,  
285 por videoconferência, e tratará do Produto 05, que consiste na Consolidação do Plano. Informou  
286 que em breve será divulgado o link e que é fundamental a participação de todos. Falou que em  
287 breve serão dados os próximos passos do Processo Eleitoral. Destacou que todos precisam se  
288 inscrever, mesmo aquelas instituições que hoje já compõem o CBH BPSI. Disse que a secretaria  
289 executiva, através da Agevap, está à disposição para sanar dúvidas e prestar auxílio. Alberto Mofati  
290 agradeceu a participação de todos e contribuições nas discussões. Falou que está há  
291 aproximadamente trinta dias participando do Comitê e que vem aprendendo a cada dia com essa  
292 experiência. Reforçou os destaques feitos pela Thaís Nacif em relação ao Processo Eleitoral. Vicente  
293 Oliveira parabenizou o Alberto Mofati pela boa condução dos trabalhos. Juarez Noé falou convidou  
294 para a reunião do COSEMMA no dia de amanhã, em Itaperuna, oportunidade em que será eleita a

295 nova diretoria desse Conselho. **Item 8 – Encerramento:** A reunião foi encerrada às 17h45 pelo  
296 Diretor Secretário. A presente ATA foi lavrada por Amaro Neto, Especialista Administrativo da  
297 AGEVAP – CBH BPSI, e depois de aprovada será assinada pelo Diretor Presidente e Diretor  
298 Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.



João Gomes de Siqueira (UENF)

Diretor Presidente



ALBERTO MESSIAS MOFATI

(P. M. de Campos dos Goytacazes)

Diretor Secretário

### **REGISTRO DE PRESENCAS**

**Membros:** Adriana Leite (UFF); Alan Vargas (INEA); Alberto Mofati (Município de Campos dos Goytacazes); Aparecida Vargas (ABRAGEL); Fernando Costa (FIRJAN); Daniel Nascimento (Porto do Açu); Débora Magdaleno (Município de Miracema); Jair Felipe Ramalho (UFRRJ); Jeferson Nogueira Fernandes (OAB); Jhones Lima (Associação Raízes); João Gomes (UENF); Juliana Souto (Município de Santo Antônio Pádua); Marcela Toledo (Município de São João da Barra); Ricardo Maia (Município de Carapebus); Ronaldo Bartholomeu (Sindicato Rural de Campos); Shaytner Duarte (FIPERJ); Vanuza Mota (CEDAE), Vicente (IFF), Zenilson Coutinho (Asflucan).

**Convidados:** Juarez Noé, José Alex, Daniele de Alvarenga (Município de Bom Jesus do Itabapoana), Carlos Freitas (IFF – Campus Município de Bom Jesus do Itabapoana), Ednilson Junior (Pesquisador de Bom Jesus do Itabapoana), Maurício Zanon (Município de Bom Jesus do Itabapoana), Manoel Mendes (Município de São Francisco de Itabapoana), Marcelle Terra (Município de São João da Barra); Marcelo Stephen; Marco (Aperibé); Guilherme Ribeiro (Assessoria Jurídica da Agevap).

**Agevap:** Thaís Nacif, Amaro Neto, Ednaldo Oliveira, Rafael Freitas, Maria Isabel Soares, Leandro Freitas e Antônio Ivo.